

GÁS VERDE S/A

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2020

GÁS VERDE S/A

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2020

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Gás Verde S/A
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Gás Verde S/A (“Companhia”), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial intermediário em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, com exceção dos possíveis impactos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para conclusão com ressalva” não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para conclusão com ressalva

Ausência de avaliação recuperabilidade (impairment) do ativo imobilizado da Companhia

Com a emissão, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da NBC TG 27 - Ativo Imobilizado, da interpretação técnica ICPC 10, e da NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as empresas foram requeridas ao fim de cada período de reporte efetuar avaliação se há algum indício de que os ativos possam ter sofrido desvalorização. No entanto, constatamos que a Companhia não elaborou análise da capacidade de recuperação de seu ativo imobilizado, em desacordo, portanto, com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não foi possível determinar se algum ajuste seria necessário nos saldos registrados nas rubricas de investimentos, imobilizado, patrimônio líquido e resultado do semestre nas demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia

A Companhia apresenta, em suas informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020, excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 161.773 mil, além de incorrer em prejuízo no semestre em montante de R\$ 76.674 mil. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem tomando diversas ações para equalizar sua situação de deficiência de capital circulante líquido e de falta de rentabilidade, que são indicadores da existência de incerteza significativa que podem levantar dúvida relevante quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

GÁS VERDE S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019		Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e depósitos bancários		587	782	Financiamentos bancários	9	132.509	120.365
Contas a receber de clientes	4	5.110	5.427	Fornecedores		34.568	25.701
Créditos tributários correntes	5	8.317	4.134	Obrigações tributárias		3.307	2.806
Adiantamentos a fornecedores	6	2.073	2.148	Obrigações sociais		1.515	1.411
Despesas antecipadas		52	352	Provisões para contingência	10	3.113	3.040
Demais contas a receber		29	37	Outras contas a pagar		2.929	2.963
Total do circulante		16.168	12.880	Total do circulante		177.941	156.286
Não circulante				Não circulante			
Créditos tributários correntes	5	27.847	27.835	Financiamentos bancários	9	135.652	141.252
Demais contas a receber		53	53	Provisões para contingência	10	3.534	3.882
		27.900	27.888	Parcelamento tributário		849	1.027
				Partes relacionadas	8	290.320	242.252
				Outras contas a pagar		3.330	4.195
				Total do não circulante		433.685	392.608
Imobilizado	7	274.260	291.502	PASSIVO A DESCOBERTO			
Intangível		1	1	Capital social	11	587.923	587.923
Total do não circulante		302.161	319.391	Prejuízos acumulados		(881.220)	(804.546)
				Total do passivo a descoberto		(293.297)	(216.623)
TOTAL DO ATIVO		318.329	332.271	TOTAL DO PASSIVO		318.329	332.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDUARDO DE SOUZA SANTOS LEVENHAGEN
Diretor

SILVANA FRACARO MARQUES
Contadora CRC 026.542/O-8PR

GÁS VERDE S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2020	30/06/2019
RECEITA LIQUIDA	12	17.693	852
(-) CUSTO DE PRODUÇÃO	13	(54.288)	(43.059)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(36.595)</u>	<u>(42.207)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.577)	(4.560)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	14	1	12.021
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(40.171)	(34.746)
Resultado financeiro	15	(36.442)	(11.973)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(76.613)	(46.719)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS		(61)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u><u>(76.674)</u></u>	<u><u>(46.719)</u></u>
QUANTIDADE DE AÇÕES		537.923.480	537.923.480
PREJUÍZO POR AÇÃO-R\$		(0,14)	(0,33)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDUARDO DE SOUZA SANTOS LEVENHAGEN
Diretor

SILVANA FRACARO MARQUES
Contadora CRC 026.542/O-8PR

GÁS VERDE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(76.674)	(46.719)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>(76.674)</u>	<u>(46.719)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÁS VERDE S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2018	537.923	50.000	(568.614)	19.309
Prejuízo do 1º semestre	-		(46.719)	(46.719)
SALDOS EM 30/06/2019	537.923	50.000	(615.333)	(27.410)
Prejuízo do 2º semestre	-		(189.213)	(189.213)
SALDOS EM 31/12/2019	537.923	50.000	(804.546)	(216.623)
Prejuízo do 1º semestre	-		(76.674)	(76.674)
SALDOS EM 30/06/2020	537.923	50.000	(881.220)	(293.297)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÁS VERDE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(76.674)	(46.719)
Encargos financeiros sobre financiamentos bancários	27.222	20.520
Encargos financeiros sobre debêntures	6.240	(8.159)
Provisão para contingências	(275)	(2.072)
Depreciações e amortizações	13.869	13.048
Depreciações e amortizações (IFRS 16)	3.523	
	<u>(26.095)</u>	<u>(23.382)</u>
(Aumento) / Redução de ativos		
(Aumento) / Redução Contas a receber	317	(686)
Redução dos Créditos tributários correntes	(4.195)	(11.991)
Redução dos Adiantamentos a fornecedores	75	1.028
Redução das Despesas antecipadas	300	165
Redução Demais contas a receber	8	12
	<u>(3.495)</u>	<u>(11.472)</u>
Aumento / (Redução) de passivos		
Aumento de Fornecedores	8.867	839
Aumento / (redução) das Obrigações tributárias	323	(17)
Aumento das Obrigações sociais	104	103
Aumento / (redução) das Demais contas a pagar	(899)	-
	<u>8.395</u>	<u>925</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(21.195)</u>	<u>(33.929)</u>
Atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(3.090)	(3.987)
Baixa de imobilizado e intangível	2.940	-
Investimentos temporários	-	666
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos	<u>(150)</u>	<u>(3.321)</u>
Atividades de financiamentos		
Operações com partes relacionadas (mútuos)	48.068	50.876
Captação de financiamentos bancários	6.035	22
Amortização de empréstimos e financiamentos	(28.288)	(13.153)
Amortização de debêntures	(4.665)	(8.352)
Caixa líquido proveniente (aplicado) de atividades de financiamentos	<u>21.150</u>	<u>29.393</u>
(Redução) / Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(195)</u>	<u>(7.857)</u>
Modificações nas disponibilidades líquidas		
Saldo no início do exercício	782	8.062
Saldo no final do exercício	587	205
(Redução) / Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(195)</u>	<u>(7.857)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Gás Verde S.A. (“Companhia” ou “GVSA”) foi constituída em 1º de setembro de 2009 na forma de sociedade por ações tendo como objeto social: (i) os serviços de aproveitamento de gás bioquímico; (ii) implantação do sistema de captação; (iii) transporte do fluxo; (iv) tratamento e queima de gás bioquímico; (v) processamento de biogás; (vi) venda de biogás purificado (biometano); exploração e comercialização de direito de imagem decorrentes da produção do biogás; (vii) geração e comercialização de energia elétrica.

O objetivo principal da Companhia é a purificação do biogás atualmente extraído do Aterro CTR Santa Rosa em Seropédica. O biogás é processado e purificado para serem fornecidos para consumidores finais de biometano. O início das operações comerciais em Seropédica ocorreu em maio/2019.

A Planta de Purificação que estava localizada no Aterro Jardim Gramacho foi realocada para a CTR Santa Rosa em Seropédica, local este onde se encontra a produção de gás bioquímico. O biogás gerado no local onde estava a Planta de Purificação (Aterro Jardim Gramacho) possivelmente será comercializado para terceiros, para geração de energia elétrica e/ou purificação e comercialização de biometano.

A Companhia também vem avaliando possíveis soluções para otimizar a utilização do biogás, como por exemplo, geração de energia elétrica para comercialização no mercado livre (ACL) ou em geração distribuída (GD), e até mesmo para consumo próprio. Também vem avaliando a revenda do biogás para terceiros, além de outros sub produtos que a planta de purificação produz, tais como tail gás e gás carbônico, que possuem valor comercial.

A administração da Companhia acredita que a operação irá gerar lucros nos próximos exercícios, atingindo, gradativamente, o equilíbrio entre receitas e despesas que, associada a melhor performance dos equipamentos, impactará diretamente no resultado da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade com relação as normas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período e exercício apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; e (iv) possibilidade provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

b. Ajustes a valores presentes de ativos e passivos

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Administração da Companhia concluiu que os ajustes a valores presentes de ativos e passivos monetários circulantes são irrelevantes em relação às informações anuais tomadas em conjunto. Dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste.

c. Caixa e depósitos bancários

Composto pelos recursos em espécie que permaneceram nos caixas da Companhia e saldos de contas correntes em bancos de primeira linha.

d. Créditos com clientes

Correspondem aos créditos nominais dos valores a receber pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, sem o registro de atualizações de juros de mora, que não são aplicáveis.

e. Investimentos temporários

Referem-se a aplicações em títulos de capitalização com resgates previstos para curto prazo e estão demonstradas pelos custos de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais correspondentes até as datas dos balanços.

f. Imobilizado

Apresentado na nota explicativa 7, os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado serão depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado no prazo de concessão e direito de exploração do aterro sanitário. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Direito crédito carbono	15 anos
Usina de gás	15 anos
Rede de gás	15 anos
Estação de tratamento chorume	15 anos
Operações do aterro	15 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Outros ativos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Os ativos, demonstrados a valores de realização, são classificados como ativo circulante, quando sua recuperação ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, após as datas-bases dos balanços; caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

h. Financiamentos bancários

São corrigidos com base nas taxas efetivas de contratação, mencionadas na nota explicativa 9, entre as datas de contratação e as datas dos balanços.

As parcelas exigíveis até o período de um ano da data-base de cada balanço, estão registradas no passivo circulante e as demais, vencíveis após o exercício-base, no passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelos valores justos, líquidos dos custos incorridos nas transações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

j. Provisão para contingências

As contingências são constituídas quando a obrigação legal avaliada pelos assessores jurídicos é considerada provável e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros exigidos para liquidá-las. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada.

k. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até as datas dos balanços.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto serão reconhecidos como passivo, exceto por determinação dos acionistas da Companhia. Entretanto, tendo em vista a existência de prejuízos acumulados, não há qualquer destaque de dividendos ou outra forma de distribuição de resultados aos acionistas.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência do período e consideram os rendimentos, os encargos e os efeitos dos índices e taxas oficiais, ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

o. Novas normas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Adotadas em 2019

As normas a seguir tornaram-se obrigatórias desde 1º de janeiro de 2019.

IFRS 16 – Arrendamentos

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil IAS 17/CPC06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e interpretações relacionadas e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores).

Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. As alterações foram efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2019 conforme nota explicativa nº 07.

IFRIC 23 – Incerteza sobre Posições do Imposto de Renda

A interpretação esclarece como reconhecer e mensurar ativos e passivos de imposto de renda corrente e diferido quando há incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos da IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e taxas de imposto. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

A serem adotadas em períodos subsequentes ao ano de 2020

IFRS 17 – Contratos de seguros

O pronunciamento entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos com seguro. O objetivo é de assegurar que a entidade forneça informação relevante e fidedigna sobre tais contratos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo apresentado se refere a contratos de venda de gás purificado. O prazo de recebimento do gás purificado é de 30 dias e na data-base de 30 de junho de 2020 os créditos vencidos são:

GÁS VERDE S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2020
 (Em Milhares de Reais)

	30/06/2020	31/12/2019
A vencer	4.535	2.700
Vencidos até 30 dias	-	1.185
Vencidos até 31 a 60 dias	-	1.154
Vencidos até 61 a 90 dias	-	14
Vencidos até 91 a 180 dias	288	274
Vencidos a mais de 180 dias	287	100
	5.110	5.427

A administração analisa os títulos vencidos e visa resolve-los até fechamento anual de balanço.

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS CORRENTES

Os créditos de impostos estão classificados da seguinte forma:

	30/06/2020	31/12/2019
ICMS	6.867	4.763
Imposto de renda e contribuição social	29	26
PIS e Cofins (*)	29.268	27.180
	36.164	31.969
Circulante	8.317	4.134
Não circulante	27.847	27.835

(*) Referem-se substancialmente à tributos pagos na importação de equipamentos destinados ao ativo imobilizado, retenções e créditos de insumos aplicados na produção, cujos créditos serão compensados de acordo com a legislação específica e conseqüente receita tributável.

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Os adiantamentos a fornecedores têm por objetivo garantir o fornecimento de insumos e materiais necessários a operação da empresa.

7. IMOBILIZADO

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e de construção e demais encargos necessários para colocar os bens em condições de uso, menos a depreciação, calculada pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, respectivamente, fixado por espécie de bens, conforme segue:

GÁS VERDE S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2020
 (Em Milhares de Reais)

	Taxa anual de depreciação	30/06/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação	Residual	Residual
Usina de Gás	6,67%	243.232	(107.408)	135.824	143.722
Operações do Aterro	6,67%	55.783	(24.481)	31.302	33.151
Rede de Gás	6,67%	52.413	(22.999)	29.414	31.152
Estação de Tratamento	6,67%	38.517	(16.879)	21.638	22.920
Edificações	4%	18.743	(687)	18.056	18.429
Contratos de Locação		9.286	(6.039)	3.247	4.273
Outros ativos	10 a 20%	36.709	(1.930)	34.779	37.855
		<u>454.683</u>	<u>(180.423)</u>	<u>274.260</u>	<u>291.502</u>

Movimentação:

CUSTO	31/12/2019	Aquisições	Baixas	30/06/2020
Usina de Gás	243.069	193	(30)	243.232
Operações do Aterro	55.783	-	-	55.783
Rede de Gás	52.413	-	-	52.413
Estação de Tratamento	38.517	-	-	38.517
Edificações	18.743	-	-	18.743
Contratos de Locação	6.789	2.897	(400)	9.286
Outros ativos	39.219	-	(2.510)	36.709
	<u>454.533</u>	<u>3.090</u>	<u>(2.940)</u>	<u>454.683</u>

DEPRECIACÕES	31/12/2019	Depreciação	30/06/2020
Usina de Gás	(99.347)	(8.061)	(107.408)
Operações do Aterro	(22.632)	(1.849)	(24.481)
Rede de Gás	(21.261)	(1.738)	(22.999)
Estação de Tratamento	(15.597)	(1.282)	(16.879)
Edificações	(314)	(373)	(687)
Contratos de Locação	(2.516)	(3.523)	(6.039)
Outros ativos	(1.364)	(566)	(1.930)
	<u>(163.031)</u>	<u>(17.392)</u>	<u>(180.423)</u>
LÍQUIDO	<u>291.502</u>	<u>(14.302)</u>	<u>274.260</u>

8. PARTES RELACIONADAS

	30/06/2020	31/12/2019
Faturas a pagar (a)		
Grupo J. Malucelli	1.771	1.408
	<u>1.771</u>	<u>1.408</u>
Medições a faturar (a)		
Arcadis Logos S.A.	1.615	1.615
	<u>1.615</u>	<u>1.615</u>
Contas correntes (b)		
Arcadis Logos Energia	123.230	126.332
Porto de Cima Concessões	163.704	112.897
	<u>286.935</u>	<u>239.229</u>
	<u>290.320</u>	<u>242.252</u>

(a) Fornecimentos de serviços, de acordo com preços e condições de mercado.

GÁS VERDE S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2020
 (Em Milhares de Reais)

- (b) O saldo de conta corrente com partes relacionadas foram necessários para utilização de recursos utilizados nos insumos em Seropédica, conforme contrato de fornecimento assinados entre as partes no montante de R\$ 25.507; transferência da planta de Duque de Caxias para Seropédica e pagamento de empréstimos bancários, gastos pré operacionais e administrativos.

9. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo, em moeda nacional, são assim demonstrados:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Capital de giro	CDI + 0,36% a 0,65% a.m.	25.776	30.021
Emissão de debêntures	CDI + 0,3125% a.m.	134.126	127.886
Nota de crédito a exportação	CDI + 0,3675% a.m.	26.136	29.157
Financiamento	2,3% a.a	82.123	74.553
		<u>268.161</u>	<u>261.617</u>
Circulante		132.509	120.365
Não circulante		135.652	141.252

Distribuição dos vencimentos de longo prazo na data-base 30 de junho de 2020:

Ano	Valor
2021	23.097
2022	46.085
2023	43.495
2024	22.975
	<u>135.652</u>

Garantias:

Os empréstimos e financiamentos estão amparados por garantias fidejussórias, representadas por direitos creditórios decorrentes do contrato de fornecimento de biogás purificado e aval dos acionistas em favor das respectivas instituições financeiras.

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram constituídas com base nas avaliações realizadas pela assessoria jurídica, de acordo com seu grau de risco de perda classificados como prováveis, como segue:

<u>Natureza:</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ações ambientais	3.491	3.838
Cíveis e trabalhistas	3.156	3.084
	<u>6.647</u>	<u>6.922</u>
Circulante	3.113	3.040
Não circulante	3.534	3.882

Contingências passivas – perdas possíveis

A Companhia possui passivo contingente tributário relacionado à processo administrativo consubstanciado em autos de infração lavrados para cobrança de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS, relativos ao ano calendário de 2013 no valor histórico de R\$ 96.149, lavrados contra a Novo Gramacho Energia Ambiental, incorporada pela Gás Verde em 30/12/2013, avaliados como perda possível por sua assessoria jurídica.

Dentro do prazo legal, foram apresentadas Impugnações em nome da Gás Verde defendendo a nulidade da atuação e por consequência a extinção integral da dívida tributária. Diante dos argumentos de defesa desenvolvidos e dos documentos constantes do processo, a assessoria jurídica classificou a probabilidade de perda referente ao caso, como possível.

O montante de perdas consideradas possíveis pelos assessores jurídicos em 31/12/2019 perfazem o valor de R\$ 58.122.

A GVSA foi parte em um procedimento arbitral por ela instaurado perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI, em face de fornecedor de equipamentos para sua unidade fabril, tendo com o objetivo dirimir controvérsias relacionadas à execução dos contratos de fornecimento dos referidos equipamentos. Em 20.05.2019 foi proferida sentença arbitral, julgando procedente o pleito da GVSA, sentença esta que se tornou imutável e definitiva diante do decurso de prazo sem interposição de recurso.

A GVSA moveu também a Ação de Procedimento Comum, em face dos bancos com os quais foi negociada a carta de crédito no valor de R\$ 19.616.579,25 (atualizado até 31.12.2020), vinculada ao fornecimento que foi questionado no procedimento arbitral, de modo a suspender o pagamento da mesma. Tendo em vista o resultado da arbitragem, foi solicitada a extinção do mencionado processo judicial por perda de objeto.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30/06/2020 é de R\$ 587.923.480 (R\$ 587.923.480 em 2019) representado por 587.923.480 (587.923.480 em 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Conciliação entre a receita bruta operacional e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	30/06/2020	30/06/2019
Receita operacional bruta	25.591	1.152
Deduções		
Pis	(407)	(18)
Cofins	(1.873)	(81)
Icms	(5.618)	(201)
	<u>17.693</u>	<u>852</u>

13. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

	30/06/2020	30/06/2019
Gás bioquímico	(16.416)	(17.769)
Depreciação	(14.615)	(12.831)
Energia elétrica	(10.232)	(3.868)
Mão-de-obra direta	(2.815)	(2.541)
Serviços de terceiros	(2.373)	(1.489)
Manutenção	(2.337)	(369)
Arrendamento e aluguéis	(2.330)	(1.852)
Materiais	(978)	(594)
Seguros	(300)	(378)
Combustíveis e lubrificantes	(1.097)	(1.042)
Frete	(745)	(185)
Outros custos	(50)	(141)
	<u>(54.288)</u>	<u>(43.059)</u>

14. Outras receitas (despesas)

A Companhia procedeu a reconciliação da conta de Pis e Cofins a recuperar e, em decorrência, os saldos foram ajustados pelo reconhecimento de créditos tributários:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Crédito tributário	-	12.021
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>
	1	12.021

15. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos bancários e terceiros	(10.519)	(13.557)
Variação cambial passiva	(24.483)	-
Descontos	(1.240)	-
Outros	<u>(215)</u>	<u>(70)</u>
	(36.456)	(13.627)
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros	-	3
Variação cambial ativa	-	975
Variação monetária	13	674
Outros	<u>1</u>	<u>2</u>
	14	1.654
Líquido	<u><u>(36.442)</u></u>	<u><u>(11.973)</u></u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em 2020 a exposição máxima composto pelo Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas a Receber de Clientes (ativo circulante e não circulante) totalizando 5.697 (6.209 em 2019) referente ao caixa e equivalentes e contas a receber.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os eventuais passivos são cobertos por avais e fianças.

Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio: decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

17. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia não tem por política prestar garantias de avais e fianças com partes relacionadas.

18. COBERTURA DE SEGUROS (não auditada)

A Companhia possui apólices de seguros contratados para cobertura dos seguintes riscos:

Seguro garantia	4.379
Danos materiais	135.000
Lucros cessantes	24.279
Responsabilidade civil	10.000

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) como uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020, o surto foi declarado pela OMS como pandemia uma vez que o vírus se disseminou em todos os continentes. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações a Administração da Companhia não identificou impactos significativos para o exercício que se referem essas demonstrações financeiras e sua continuidade operacional.

EDUARDO DE SOUZA
SANTOS LEVENHAGEN
Diretor

ALOYSIO TOSTES
FILHO
Diretor

SILVANA FRACARO MARQUES
Contadora – CRC 026.542/O-8PR